

Octante Securitizadora S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
CEP 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone

55 (11) 3940-1500

Fax

55 (11) 3940-1501

Internet

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Diretores e Acionistas da
Octante Securitizadora S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Octante Securitizadora S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Zenko Nakassato

Contador CRC 1SP160769/O-0

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---



RUBRICADO PARA FINS
DE IDENTIFICAÇÃO



Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	135
Preferenciais	0
Total	135
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0



RUBRICADO PARA FINS
DE IDENTIFICAÇÃO

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	397	323
1.01	Ativo Circulante	299	230
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	92	170
1.01.03	Contas a Receber	5	0
1.01.03.01	Clientes	5	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	67	33
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	67	33
1.01.07	Despesas Antecipadas	135	27
1.01.07.01	Adiantamentos a Terceiros	19	14
1.01.07.02	Gastos Reembolsáveis	20	13
1.01.07.04	Despesas com Aluguéis	96	0
1.02	Ativo Não Circulante	98	93
1.02.03	Imobilizado	82	82
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	82	82
1.02.04	Intangível	16	11
1.02.04.01	Intangíveis	16	11
1.02.04.01.02	Softwares	16	11


**RUBRICADO PARA FINS
DE IDENTIFICAÇÃO**

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	397	323
2.01	Passivo Circulante	109	185
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3	3
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3	3
2.01.02	Fornecedores	45	8
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	45	8
2.01.03	Obrigações Fiscais	52	6
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	45	2
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	43	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	2	2
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7	4
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	7	4
2.01.05	Outras Obrigações	2	164
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1	163
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1	163
2.01.05.02	Outros	1	1
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	1	1
2.01.06	Provisões	7	4
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7	4
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7	4
2.03	Patrimônio Líquido	288	138
2.03.01	Capital Social Realizado	135	135
2.03.04	Reservas de Lucros	3	3
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	150	0



RUBRICADO PARA FINS
DE IDENTIFICAÇÃO

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	427	370
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-41	-36
3.03	Resultado Bruto	386	334
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-191	-253
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-191	-253
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-185	-251
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-1	0
3.04.02.03	Depreciações e Amortizações	-5	-2
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	195	81
3.06	Resultado Financeiro	-2	4
3.06.01	Receitas Financeiras	1	5
3.06.02	Despesas Financeiras	-3	-1
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	193	85
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-43	-14
3.08.01	Corrente	-43	-14
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	150	71
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	150	71
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,11111	0,52593


 RUBRICADO PARA FINS
 DE IDENTIFICAÇÃO

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	150	71
4.03	Resultado Abrangente do Período	150	71

RUBRICADO PARA FINS
DE IDENTIFICAÇÃO

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-68	68
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	155	73
6.01.01.01	Resultado do Período	150	71
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	5	2
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-223	-5
6.01.02.01	Aumento (Redução) Contas a Receber	-5	0
6.01.02.02	Aumento (Redução) Impostos a Recuperar	-34	-11
6.01.02.03	Aumento (Redução) Adiantamentos a Terceiros	-5	-7
6.01.02.04	Aumento (Redução) Outros Créditos	-7	-13
6.01.02.05	Aumento (Redução) Despesas Antecipadas	-96	-74
6.01.02.06	Aumento (Redução) Fornecedores	37	111
6.01.02.07	Aumento (Redução) Tributos a Recolher	46	-12
6.01.02.08	Aumento (Redução) Proviões Trabalhistas	3	3
6.01.02.09	Aumento (Redução) Outras Obrigações	-162	-2
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-10	-18
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-4	-16
6.02.02	Aquisição de Bens do Ativo Intangível	-6	-2
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-78	50
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	170	138
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	92	188

DF Fluxo de Caixa
31/03/2015



RUBRICADO PARA FINS
DE IDENTIFICAÇÃO

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	135	0	3	0	0	138
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	135	0	3	0	0	138
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	150	0	150
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	150	0	150
5.07	Saldos Finais	135	0	3	150	0	288

RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO




RUBRICADO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	135	0	0	-10	0	125
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	135	0	0	-10	0	125
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	71	0	71
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	71	0	71
5.07	Saldos Finais	135	0	0	61	0	196

DE IDENTIFICAÇÃO
 RUBRICADO PARA FINS
 DE IDENTIFICAÇÃO


 RUBRICADO PARA FINS
 DE IDENTIFICAÇÃO

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	427	370
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	427	370
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-158	-221
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-158	-221
7.03	Valor Adicionado Bruto	269	149
7.04	Retenções	-5	-2
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5	-2
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	264	147
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1	4
7.06.02	Receitas Financeiras	1	4
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	265	151
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	265	151
7.08.01	Pessoal	30	30
7.08.01.01	Remuneração Direta	20	20
7.08.01.02	Benefícios	3	3
7.08.01.03	F.G.T.S.	1	1
7.08.01.04	Outros	6	6
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	85	50
7.08.02.01	Federais	64	31
7.08.02.03	Municipais	21	19
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	150	71
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	150	71



RUBRICADO PARA FINS
DE IDENTIFICAÇÃO

Notas explicativas as informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Octante Securitizadora S.A. (“Companhia”) foi constituída em 03 de maio de 2010 sob a denominação de Mazomba SP Participações S.A. e teve seu registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo -(JUCESP) efetuado em 17 de junho de 2010.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de outubro de 2010, foi alterada a denominação social para Octante Securitizadora S.A.

A Companhia tem por objeto, (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito do agronegócio; (ii) a aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito imobiliário e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário; (iii) a emissão e a colocação, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; (iv) a emissão e a colocação, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário que sejam compatíveis com as suas atividades; (v) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de direitos de crédito imobiliário e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Certificados de Recebíveis Imobiliários ou outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio ou em direitos de crédito imobiliário, incluindo, mas não se limitando a, administração, recuperação e alienação de direitos de crédito; e (vi) a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia obteve seu registro junto à Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), como emissor de valores mobiliários na categoria “B” em conformidade com as disposições da Instrução CVM 480/2009 em 14 de fevereiro de 2011, através do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/nº07/2011 e iniciou suas operações em setembro de 2011, com a primeira prestação de serviços.

A matriz da Companhia está localizada na Rua Beatriz, 226 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

No trimestre findo em 31 de Março de 2015, a Companhia realizou emissões de CRAs que totalizaram R\$ 420.822,74 mil.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas em milhares de reais conforme a moeda funcional da Companhia (Real), as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração dessas informações foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 15 de maio de 2015.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas informações trimestrais são as seguintes:

a. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

b. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver consistente perspectiva de sua realização.

	01/01/15 a 31/03/2015
Resultado do período	193
(+) Adições	-
(-) Compensações de prejuízos fiscais	(49)
	<hr/>
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	144
	<hr/>
Taxa efetiva para impostos	30%
	<hr/>
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente/Diferido	(43)
	<hr/>

O montante referente a estoque de créditos tributários não constituídos é de R\$ 0 (2014 R\$ 16).

c. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão demonstrados pelo valor líquido de realização e/ou formação. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Incluem aplicações financeiras mencionadas na Nota Explicativa nº 4.

e. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de instrumentos financeiros mantidos para negociação e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

f. Demais ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia) auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base pro rata dia) incorridos.

g. Reconhecimento de ativo financeiro

O tratamento contábil de reconhecimento de ativos financeiros depende da extensão em que a Companhia está exposta a riscos, benefícios e controle relacionados aos ativos financeiros onde a Companhia atuou como emissora dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs e os transferiu à terceiros. Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que prevê a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, securitização de ativos na qual a Companhia não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares, e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que foram gerados tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações geradas tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado;
- (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e
- (iii) Obrigações legais são registradas na mesma rubrica dos passivos contingentes, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

i. Imobilizado

São reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos da depreciação ou perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A depreciação é reconhecida no resultado da Companhia tendo como base o método linear com relação às vidas úteis que são estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Equipamentos de Informática	5 anos ou 60 meses
Móveis, Utensílios e Central Telefônica	10 anos ou 120 meses
Instalações	10 anos ou 120 meses

j. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos separadamente e são mensurados pelo valor de custo de aquisição no momento de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao seu valor de custo de aquisição subtraindo-se a amortização acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A vida útil dos ativos intangíveis adquiridos foi avaliada pela companhia e definidas, pelo prazo de vida estabelecido em 5 anos ou 60 meses conforme legislação fiscal.

k. Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Reconhecidos, se aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

A Companhia entende que a realização de testes ao valor recuperável (*impairment*) aos ativos pertencentes ao patrimônio separado não se aplicam, em razão de os mesmos terem sua vida útil definida conforme o vencimento da operação.

l. Patrimônio Separado

Os valores administrados pela Companhia são constituídos sob a forma de patrimônio separado, onde são registrados os ingressos e dispêndios de caixa que são classificados quanto a sua forma, registrando a aquisição de papéis (lastros da operação) do originador (cedente) em contas de ativo, concomitantemente com o registro efetuado no passivo na conta (CRA'S) que se refere ao recebimento por parte do investidor.

Em 31 de março de 2015, o patrimônio separado administrado pela Companhia totalizou o valor de R\$ 887.302 (2014-530.594) (balanços patrimoniais de cada Patrimônio Separado estão na Nota 17).

4 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são compostas por aplicações em operações compromissadas realizadas junto ao Itaú Unibanco S.A., com vencimento final em 15 de março de 2018, entretanto, com liquidez imediata e sem descontos, em caso de resgate antecipado, e taxa de remuneração de 97,5% do CDI (2014 - 98% do CDI) e, portanto, consideradas como equivalentes de caixa.

	31/03/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras em operações compromissadas	<u>90</u>	<u>170</u>

5 Impostos a recuperar

Referem-se aos impostos recolhidos na fonte sobre faturamento e imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras de exercícios anteriores (2014) que será objeto de compensação durante o exercício de 2015.

O imposto de renda e contribuição social foram apurados com base no lucro do período, conforme divulgado na nota explicativa 3b.

	2015	2014
IRRF sobre faturamento	10	10
CSLL sobre Faturamento	6	6
IRRF sobre aplicação financeira	3	3
IRPJ Estimativa	32	9
CSSLL Estimativa	<u>16</u>	<u>5</u>
Total	<u>67</u>	<u>33</u>

6 Ativo imobilizado e intangível

Em 31 de março de 2015, a Companhia acumulou um saldo líquido de depreciações e amortizações de R\$ 98 em investimentos no ativo imobilizado (R\$ 82 - 2014 R\$ 82) e intangível (R\$ 16 - 2014 R\$ 11) da Companhia, e estão distribuídos da seguinte forma:

Ativo Imobilizado	31/12/2014	Adições	Amortização Acumulada	31/03/2015
Central Telefônica	13	1	(1)	13
Móveis e Utensílios	11	-	(1)	10
Equipamentos de Informática	55	3	(12)	46
Instalações	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>13</u>
Total	<u>93</u>	<u>4</u>	<u>(15)</u>	<u>82</u>
Ativo Intangível	31/12/2014	Adições	Amortização Acumulada	31/03/2015
Softwares	<u>11</u>	<u>7</u>	<u>(2)</u>	<u>16</u>
Total	<u>11</u>	<u>7</u>	<u>(2)</u>	<u>16</u>

7 Despesas antecipadas

Em 31 de março de 2015, a conta de outros créditos refere-se a gastos reembolsáveis, relacionados ao pagamento de despesas dos patrimônios separados, que serão reembolsados à entidade posteriormente, no valor de R\$ 20 (2014 - R\$ 13) e despesas referente a aluguel de softwares R\$ 96 (2014 – R\$ 0).

8 Adiantamento a terceiros

Em 31 de março de 2015, as despesas antecipadas referem-se adiantamentos a fornecedores relacionadas ao ano-calendário 2015 no valor de R\$ 19 (2014 - R\$ 14).

9 Fornecedores / Contas a Pagar

Em 31 de março de 2015, referem-se basicamente a montantes a pagar para os prestadores de serviços, tais como contabilidade R\$ 5 (2014 - R\$ 5), publicidade e propaganda R\$ 39 (2014 - R\$ 0) outras contas a pagar R\$ 1 (2014 - R\$ 3).

10 Obrigações fiscais e previdenciárias

Referem-se a impostos e contribuições a recolher (FGTS, IRRF sobre salários, INSS, ISS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL).

11 Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia referem-se, basicamente, a benefícios que envolvem auxílio refeição e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

	31/03/2015	31/03/2014
Auxílio refeição	2	2
Assistência médica	2	1
	4	3
Total	4	3

12 Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$135 (2014 - R\$ 135), dividido em 134.889 (2014 - 134.889) ações ordinárias nominativas.

A distribuição do lucro líquido da Companhia é realizada da seguinte forma: (a) absorção do saldo de prejuízos acumulados (b) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (c) 25% (vinte e cinco por cento) do saldo destinado ao pagamento do dividendo obrigatório; e (d) o saldo, se houver, após as destinações mencionadas anteriormente, terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral.

13 Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais, administrativas, financeiras e tributárias referem-se substancialmente a:

	31/03/2015	31/03/2014
Aluguel de softwares	34	-
Consultoria	-	107
Publicidade e propaganda	39	45
Despesas de pessoal	30	30
Água/luz/telefone/Internet	17	14
Serviços pessoa jurídica	28	11
Serviços de contabilidade	14	10
Outros	3	6
Confraternizações/eventos	-	6
Material de consumo/escritório	5	5
Refeições e lanches	3	3
Taxas Cetip	2	3

	31/03/2015	31/03/2014
Pequenas imobilizações	-	3
Manutenção de equipamentos	1	3
Depreciações e amortizações	5	2
Mensageiros	2	2
Viagens e estadias	3	1
Despesas tributárias e financeiras	4	1
Segurança	3	1
Taxas da CVM e Bovespa	1	1
Total	194	254

14 Receita Operacional Líquida

As receitas operacionais líquidas são compostas por:

	31/03/2015	31/03/2014
Serviços prestados	427	370
PIS, COFINS e ISS	(41)	(36)
Receita Operacional Líquida	386	334

No trimestre findo em 31 de março de 2015 foram emitidos Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs (Nota 17a e 17b), desta forma a Companhia auferiu receitas referentes aos serviços de administração dos Patrimônios Separados das emissões ativas e também com as novas emissões.

15 Partes relacionadas

No trimestre findo em 31 de março de 2015 a Companhia efetuou transações com partes relacionadas. Estas transações geraram saldo a pagar de R\$ 1 (2014 -R\$ 163) que se referem a pagamentos realizados pela Octante Gestão Recursos Ltda. (Controladora) em nome da Companhia. Estes pagamentos se referem basicamente a custos iniciais de emissões, que serão posteriormente absorvidos pelo patrimônio separado da respectiva emissão. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2015, a Companhia realizou reembolso à Octante Gestão de Recursos referente a despesas pagas pela mesma, porém incorridas pela Companhia, o valor reembolsado foi de R\$ 185. O saldo remanescente será reembolsado nos meses a seguir.

A remuneração que contempla a Diretoria Executiva da Companhia, que se refere à remuneração fixa, foi estabelecida na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, no montante global para o exercício 2015, de R\$ 19, englobando, além da remuneração direta, os respectivos encargos legais.

16 Provisões trabalhistas

No trimestre findo em 31 de março de 2015 a Companhia efetuou o registro de provisões trabalhistas provenientes dos benefícios aos empregados (13º Salários e Férias), bem como o registro dos encargos incidentes sobre tais benefícios (FGTS e INSS sobre Férias e 13º Salários), desta forma tendo um saldo a pagar em 2015 de R\$ 7 (2014 R\$ 4).

17 Balanço fiduciário

- a. Sumário de informações complementares acerca dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

Octante Securitizadora S.A.
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR

1ª Emissão	Séries	Emissão	Vencimento	Valor Total da Emissão (por Mil) (*)	Remuneração do CRA
Syngenta II	7ª, 8ª e 9ª	26/09/2013	30/12/2015	R\$ 93.056	Senior: 106% do CDI; Mezanino: 110% do CDI; Subordinado: 112,1% do CDI.
Syngenta III	26ª e 27ª	02/12/2014	28/02/2017	R\$ 198.199	Senior: CDI+0,21% a.a.; Subordinado: CDI + 0,21% a.a. (**)
Península V	21ª, 22ª e 23ª	31/07/2014	30/11/2016	R\$ 70.540	Senior: 112,5% do CDI; Mezanino: 100% do CDI + 4% Subordinada: 12,77% a.a. (**)
Nufarm	30ª, 31ª e 32ª	22/12/2014	Sênior: 31/05/2016 Mezanino: 31/08/2016 Subordinada: 31/08/2016	R\$ 97.273	Sênior: 13,95% a.a. Mezanino: 18,44% a.a. Subordinada: 15,07% a.a.
CCAB II	28ª e 29ª	11/02/2015	Sênior: 31/05/2017 Subordinada: 31/03/2018	R\$ 100.298,29	Sênior: 100% do CDI + 0,50% Subordinado: 100% do CDI + 0,50%
2ª Emissão	Séries	Emissão	Vencimento	Valor Total da Emissão (por Mil) (*)	Remuneração do CRA
Copersucar		20/03/2015	20/03/2018	300.000,00	Senior: 104,5% do CDI;

(*) Valores nas respectivas datas de emissão.

(**) Representa a remuneração alvo para CRA Subordinado para fins de amortização.

b. Balanço patrimonial

Saldos em 31 de março de 2015

Série	7ª, 8ª e 9ª	21ª, 22ª e 23ª	26ª e 27ª	28ª e 29ª	30ª, 31ª e 32ª	1ª Série 2ª Emissão
Ativo	58.760	79.218	215.209	119.631	113.115	301.369
Bancos	18	926	-	-	-	-
Aplicações Financeiras	2.817	243	5.252	18.077	15.376	333
Recebíveis	55.798	77.675	209.008	101.553	97.738	301.036
Opção (ii)	127	374	949	-	-	-
Passivo	58.759	79.219	215.209	119.631	113.114	301.369
CRA Sênior	47.609	55.004	197.683	75.216	73.511	301.036
CRA Subordinado	5.528	11.608	12033	29.495	24.415	-
CRA Mezanino	5.510	12.462	-	-	9.238	-
Outras Obrigações (i)	112	145	5.493	14.920	5.951	333

Saldos em 31 de dezembro de 2014

Série	7ª, 8ª e 9ª	21ª, 22ª e 23ª	26ª e 27ª	28ª e 29ª	30ª, 31ª e 32ª	1ª Série 2ª Emissão
Ativo	66.726	76.481	217.971	-	169.416	-
Bancos	1.407	248	-	-	-	-
Aplicações Financeiras	9.282	268	14.390	-	71.398	-
Recebíveis	55.875	75.577	202.607	-	98.017	-
Opção (ii)	163	388	974	-	-	-
Passivo	66.726	76.481	217.971	-	169.416	-
CRA Sênior	54.607	53.318	192.189	-	71.221	-
CRA Subordinado	5.359	10.984	11.185	-	3.383	-
CRA Mezanino	5.345	12.007	-	-	23.434	-
Outras Obrigações (i)	1.415	172	14.596	-	71.378	-

Observações:

- (i) A conta Outras Obrigações refere-se às despesas da operação previstas na emissão dos CRAs. Estas despesas são baixadas na medida em que ocorrem os pagamentos das mesmas. Nesta conta encontra-se também o Montante Retido, parcela do Valor de Cessão que será parcialmente retido na Conta Vinculada no montante equivalente ao valor de cessão dos Créditos do Agronegócio cujas Duplicatas não tenham sido apresentadas até a data do pagamento do Valor de Cessão. Exceto na 7ª, 8ª e 9ª Séries cujo valor expressa o excesso de lastro dado por parte dos tomadores dos recursos e que deverão ser devolvidos aos mesmos após a quitação integral das 3 séries.
- (ii) A Companhia comprou (pelo Patrimônio Separado das 7ª, 8ª e 9ª Séries, pelo Patrimônio Separado das 21ª, 22ª e 23ª Séries e pelo Patrimônio Separado das 26ª e 27ª Séries) contratos de opção de DI para fazer o hedge da estrutura das emissões tendo em vista que os lastros dos CRAs tem sua remuneração pré-fixada enquanto a remuneração dos CRA é pós fixada, em CDI.

Caso o CDI durante o prazo da operação seja superior ao estimado no dia da fixação das taxas dos lastros, os contratos de opções serão realizados de forma que o Patrimônio Separado tenha recursos suficientes para remunerar todos os investidores dos CRA.

c. Eventos de Amortização Extraordinária. No 1º trimestre de 2015 houve as seguintes amortizações extraordinárias:

- (i) Dos CRA da 9ª Série da 1ª Emissão, houve um evento de Amortização Extraordinária, que ocorreu no dia 09 de janeiro de 2015, no valor total de R\$8.397.

d. Novas Emissões

No 1º trimestre de 2015 houveram mais duas emissões:

- (i) Uma ocorreu no dia 11 de fevereiro de 2015, emissão da 28ª e 29ª Séries da 1ª Emissão de CRA (Certificado de Recebível do Agronegócio). A 28ª série corresponde ao CRA Sênior com valor de emissão de R\$ 74.062,5 com rentabilidade Correspondente à variação acumulada da Taxa DI acrescida de 0,50% para o investidor e a distribuição ocorreu via ICVM 400. A 29ª série corresponde ao CRA Subordinado com valor de emissão de R\$ 26.235,79, sendo que sua colocação foi privada junto a Cedente, e corresponde a aproximadamente 26,0% da emissão total. A remuneração-alvo da classe subordinada é correspondente à variação acumulada da Taxa DI acrescida de 0,50%, porém a remuneração será equivalente ao total do Patrimônio Separado deduzido dos CRA Sênior e das despesas. O Lastro da operação é composto por vendas a crédito da CCAB.
- (ii) A segunda operação ocorreu no dia 20 de março de 2015, foi a emissão das 1ª Séries da 2ª Emissão de CRA (Certificado de Recebível do Agronegócio). A 1ª Série corresponde ao CRA Sênior com valor de emissão de R\$ 300.000, com rentabilidade correspondente a 104, 5% a.a. para o investidor e a distribuição ocorreu via ICVM 400.

18 Gestão de riscos e análise de sensibilidade

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de terceiros dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa ou em depósitos bancários de liquidez diária e junto a instituições de primeira linha. Esses investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 31 de março de 2014, a Companhia possuía R\$90 (2014 R\$170) em aplicações em instituições financeiras brasileiras conforme nota 4.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro.

Risco de mercado

O caixa da Companhia é investido em operações compromissadas, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em operações compromissadas ou Certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Análise de Sensibilidade

A Instrução CVM nº 475/08 requer que as Companhias apresentem resultados com cenários de deterioração de risco considerável. As variáveis-chave influenciam os cenários e podem impactar os resultados e/ou fluxos de caixa futuros da Companhia. Abaixo seguem os resultados da análise:

A Companhia entende que esta exposta ao risco de variação do CDI, que remunera praticamente todas as aplicações financeiras. Dessa forma, apresentamos os cenários nos quais a análise será baseada:

- **Cenário Base:** Manutenção da taxa de juros média do CDI em relação ao verificado em 31 de março de 2015.
- **Cenário Adverso:** Diminuição em 10% da taxa de juros média do CDI em relação ao verificado em 31 de março de 2015.
- **Cenário Remoto:** Diminuição em 20% na taxa de juros média do CDI em relação ao verificado em 31 de março de 2015.

	Cenário Base	Cenário adverso	Cenário remoto
Mudança na Variável	11,20% ^(*)	8,4%	5,6%

(*) Obs. Taxa média do CDI entre 31/03/2014 e 31/03/2015. (fonte: Cetip)

Análise da Companhia

Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Risco	Cenário base	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Ativo Financeiro - Aplicações Financeiras ^(*)	Taxa de juros	Diminuição da taxa do CDI	90	97,1	95,0

(*) Tomando-se por base as aplicações financeiras disponíveis em 31/03/2015 * R\$ 90.

O impacto no resultado da Companhia em cada cenário:

Cenário Base:	R\$ 10
Cenário Adverso:	R\$ 7,5
Cenário Remoto:	R\$ 5,4

A Companhia não apresenta análise de sensibilidade para outros ativos e passivos financeiros, pois não há risco de variação de taxa de juros que possa impactar o resultado e/ou fluxo futuro da Companhia.

19 Outras informações

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no trimestre findo em 31 de março de 2015 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, exceto pelas operações de opção dos patrimônios separados, descrita na nota 17.

20 Demandas judiciais

A Companhia não possui contingências passivas ou valores cuja contabilização ou divulgação seja requerida.

21 Outros assuntos

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. Segundo a avaliação preliminar da Administração, e tendo em vista a natureza das atividades da Securitizadora, não se espera que a eventual aplicação das disposições da MP 627 tenha impacto sobre a Companhia.

22 Eventos Subsequentes

Para o segundo trimestre do ano calendário de 2015, a Companhia deve concluir a emissão de três novas emissões. As três se concretizaram no mês de abril, sendo a primeira 1ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da Octante Securitizadora S.A., que teve um valor total de emissão de R\$109.886,00. A segunda emissão refere-se a 2ª e 3ª série da 1ª Emissão de CRI com montante de R\$ 28.041.87, por fim, em 17 de abril ocorreu a emissão da 33ª, 34ª e 35ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) correspondente a um valor total emitido de R\$ 120.822,74.